



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

1 Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os
2 membros do Comitê de Risco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
3 Pará – IFPA, por webconferência, sob a presidência do **Magnífico Reitor**, Prof. Claudio
4 Alex Jorge da Rocha. Estavam presentes os seguintes Membros: **Pró-Reitores:** Danilson
5 Lobato da Costa (Pró-reitor de Administração), Ana Paula Palheta Santana (Pró-reitora de
6 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação) e Fábio Dias Santos (Pró-reitor de Gestão de Pessoas).
7 **Diretores:** Vanessa Mello (Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional).
8 **Conselheiros:** Camilo Ferreira Ramos (Diretoria de Gestão de Pessoas), Keila Vargas
9 (Diretoria de Gestão de Pessoas), Diselma Marinho Brito (campus Abaetetuba), Karina
10 Rodrigues (Substituta campus Altamira), Altieri Costa de Souza (Substituto campus
11 Ananindeua), Raimundo Otoni Melo Figueiredo (campus Belém), Danilo Silveira da Cunha
12 (campus Bragança), Mário Médice Costa Barbosa (campus Breves), Adebaro Alves dos Reis
13 (campus Castanhal), Dilcileno Santos Ferreira (Substituto Campus Conceição do Araguaia),
14 Jackson Moreira Oliveira (campus Industrial Marabá), Manuel Fábio Matos Barros (campus
15 Rural Marabá), Luis Wagner Cardoso (Substituto campus Itaituba), Anderson Barbosa
16 (campus Tucuruí), Bruno Almeida de Melo (campus Óbidos), Íthalo Bruno Grigório de
17 Moura (campus Paragominas), Vanessa dos Santos Moura Moreno (campus Parauapebas),
18 Damião Pedro Pereira Filho (campus Santarém), Camila Vieira (campus Vigia), Andreia do
19 Nascimento Lima (Representante Técnico-administrativo CONSUP), Raimundo Klaus Reis
20 dos Santos (Representante TAEs CONSUP), Luiz Augusto Mota de Jesus (Representante
21 Discente CONSUP). **Convidados:** André Moacir Lage Miranda (Diretor Executivo) e João
22 Augusto (Assessoria de Comunicação IFPA). O **Presidente** inicia a reunião
23 cumprimentando a todos os participantes, às nove horas e quinze minutos. Fala que,
24 conforme foi dito na reunião do dia vinte de dezembro, a ideia era que fossem feitas
25 reuniões periódicas do Comitê de Risco, para avaliar com mais frequência o cenário
26 epidemiológico e tomar decisões ou fazer recomendações aos campi, Reitoria e Conselho
27 Superior, como foi feito quando se recomendou a aprovação da resolução que atualiza as
28 normas e procedimentos para o enfrentamento da pandemia. Deseja que todos estejam bem,
29 além de que seus familiares estejam com saúde. Fala que ele próprio está retornando na data
30 de hoje, pois no dia seguinte, à reunião anterior do Comitê de Risco, no dia 21 de janeiro,
31 testou positivo para a Covid, porém com sintomas leves. Diz que sabe da elevação que
32 ocorre nos casos de contágio e, por isso, informa que a resolução foi aprovada, com algumas
33 alterações propostas pelos conselheiros, tendo sido publicada na sexta-feira, sob o N°
34 612/2022. Declara que a ideia da reunião de hoje é que, a partir da aprovação dessa
35 resolução e daquilo que foi decidido na reunião do Comitê de Risco do dia vinte de
36 dezembro, sejam propostas orientações para a comunidade acadêmica do IFPA. Pede para a
37 Secretaria compartilhar um documento que não tem o caráter normativo, mas que é
38 interessante que todos vejam como orienta o Conselho Nacional de Educação nesses tempos
39 de alta de casos, em Nota baseada na Resolução N°02/2022-CNE, que é a mesma que o
40 IFPA cita no preâmbulo da Resolução N°612/2022-CONSUP. Reitera que a resolução que o
41 IFPA aprovou e os encaminhamentos discutidos no âmbito deste Comitê estão bem
42 aderentes às orientações do CNE, ou seja, o objetivo, a meta, o objeto da discussão é a volta
43 presencial, em razão dos déficits educacionais em todos os níveis, verificados nos últimos



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

dois anos. Porém, afirma que não é possível desconsiderar a situação e a necessária adoção de providências, ainda que temporárias e de curto prazo, para garantir a segurança das comunidades escolares – estudantes, professores e técnicos, suas famílias e o conjunto da sociedade. Observa que o estava previsto o início do ano letivo 2022 de modo presencial no campus Belém, no dia de hoje, porém, em virtude da situação pandêmica, o campus deliberou pelo adiamento do retorno e pelo início das atividades de modo remoto. Reforça que há uma clara aderência das decisões tomadas pelo Conselho Superior do IFPA com as do Conselho Nacional de Educação, mostrando que o Instituto está no caminho certo. Fala que outros instrumentos contidos na Resolução Nº 612 estão sendo adotados, como os artigos 5º, 6º e o 17º, que são sobre reunir o Comitê e dar orientações nesse período. Informa que é necessário revisar a Portaria Nº1.549, em conjunto com a Nº1.056, pois estas portarias tratavam de bandeiramento, por isso a PROGEP vai fazer os ajustes devidos, para que no dia de hoje ou no máximo amanhã seja realizada a revisão destas portarias, em diálogo com o que a Resolução Nº612 estabelece, para que não haja conflitos entre elas. Outra coisa que anuncia que vai ser discutida é o cenário atual da epidemia no estado do Pará, pois considera importante essa fala especializada, para que o Comitê possa tomar a decisão de sugerir e recomendar que os campi possam realizar, por um determinado período, atividades remotas, a fim de impedir nos locais de trabalho do IFPA o avanço da contaminação da variante Ômicron, para recomendar aos campi, que possam deliberar sobre a possibilidade de utilização de escalas e rodízios de servidores. Fala também sobre a marcação da data da próxima reunião, para que seja feita uma nova avaliação da situação, nos moldes do que já vem ocorrendo. O **conselheiro Camilo** assume a palavra, para falar sobre o cenário da pandemia em nosso estado. Cumprimenta a todos os membros do Comitê e inicia tecendo algumas considerações. Diz que quando a nova variante (Ômicron) ganhou espaço mundo à fora, achava-se que por todos já estarem vacinados, os casos seriam mais leves, sendo essa justamente a impressão dos profissionais que atendem as pessoas, mas tem assustado o fato de que a lotação dos leitos disponíveis para Covid está muito em alta. Fala que na noite anterior, a Secretaria de Saúde de Belém anunciou a lotação máxima dos leitos clínicos das enfermarias para Covid-19, em que pese que do auge da pandemia para cá, muitos leitos e hospitais de campanha foram fechados. Contudo, reitera que ter os leitos de enfermaria todos ocupados é algo bastante significativo, o que nos ensina que a Ômicron não é um resfriado tão simples. Informa que no dia seguinte ao da última reunião do Comitê, também ficou contaminado e sua esposa grávida de sete meses também começou a apresentar sintomas, sendo positivada em teste feito. Inicia a apresentação de slides preparados para ilustrar sua fala, através de dados. Em seu primeiro slide, aponta os percentuais de vacinação no estado do Pará, que conta com 79,8% da população vacinada com pelo menos uma dose e 73,5% com duas doses ou dose única, o que dá um papel de destaque à vacinação em um suposto controle da pandemia. Acrescenta que o percentual faltante para os 100% refere-se às crianças que ainda estão se vacinando, principalmente, o que indica uma quase totalidade da população-alvo da campanha e o que até poderia garantir a chamada imunidade de rebanho, se ela fosse plenamente efetiva. Diz que apesar da vacina não garantir a imunidade total das pessoas, o cenário poderia ser bem pior sem ela. Para ele, esse quadro excelente da vacinação estadual foi o que levou o Governo do Estado a alterar o modelo dos



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

87 bandeiramentos e passou a utilizar a vacinação como forma de flexibilizar as restrições. Fala
88 que isso deu a impressão de que estávamos na reta final da pandemia, até que no início de
89 2022 ocorreu um novo pico da doença, surpreendendo a todos, ou nem a todos, visto que as
90 aglomerações de final de ano foram preocupantes. Diz que o início do ano veio com muitos
91 casos de síndromes gripais, deixando as pessoas a se questionarem se era *Influenza* ou
92 Corona vírus, problema que foi afetado ainda mais pelo sistema de testagens ser insuficiente
93 na Rede Pública. Com isso, diz que hoje é possível vermos longas filas de pessoas do lado
94 de fora das farmácias à espera de vez para fazerem testes particulares. Fala que a fatalidade
95 alcançada pela Covid causou uma fobia nas pessoas, então, qualquer sintoma gripal comum
96 deixa as pessoas logo tensas em pensar no risco de vida que podem estar correndo. Portanto,
97 diz que não se trata apenas de sintomas gripais leves, havendo toda uma questão da saúde
98 mental envolvida. Continua falando sobre os poucos testes, as populações vulneráveis e as
99 pessoas dos grupos de risco, acrescentando que já viu alguns estudos estrangeiros,
100 comentados pela própria OMS, que é esperado que após essa onda, é provável que tenhamos
101 um período bom, com pouquíssimos casos no mundo, porque as pessoas estão adquirindo
102 ainda mais imunidade, pois além da vacina, estão sendo expostas à própria infecção, o que
103 vai fazer com que o vírus não consiga se desenvolver de maneira eficaz nos corpos das
104 pessoas, por algum tempo. Passa a falar sobre letalidade, dizendo que ela é um coeficiente
105 da proporção de pessoas adoecidas que vêm a falecer e, no caso da Covid, menos pessoas
106 têm evoluído para óbito, porém, o fato da alta de internações hospitalares ainda assusta, pois
107 mostra que não se trata apenas de um resfriado comum de manejo caseiro. Mostra slide com
108 uma tabela da evolução de ocupação de leitos em UTIs no estado do Pará, iniciando o
109 período a partir de outubro de 2021, cerca de cem dias atrás. Fala que então havia uma
110 ocupação na casa de 21% das UTIs, que foi evoluindo até chegar em 71% no último sábado,
111 ou seja, uma semana atrás. Diz que a PROGEPI e o DSQV escolheram essa informação para
112 embasar seu comentário porque está havendo muita subnotificação e, para isso, mostra slide
113 com um quadro de novos casos de Covid por região, divulgado pelo Twitter da SESP e que
114 mostra nos últimos quatro dias houve quatro casos novos na Região Metropolitana de
115 Belém, Marajó e Baixo-Tocantins, o que, em sua opinião, é um dado claramente pouco
116 confiável, pois tem certeza que os conselheiros conhecem mais do que quatro pessoas que
117 tiveram Covid nos últimos sete dias. Portanto, a quantidade de casos passou a ser um
118 parâmetro pouco valioso porque muitos testes têm sido feitos na rede privada e muitas
119 pessoas que tiveram contato com pessoas doentes preferiram não se expor em filas da rede
120 pública, decidindo por iniciarem por conta própria os cuidados para sintomas leves,
121 deixando de serem notificadas, fazendo com que esses dados sejam altamente fantasiosos.
122 Fala que a própria SESP não se limitou a divulgar essa informação extraoficial no Twitter e
123 que divulgou, também, um histograma que mostra como tem sido o aumento de casos dia
124 após dia, desde o início da pandemia. Chama a atenção para o fato de os índices atuais já
125 estarem quase na mesma proporção do período mais letal da pandemia, o início de 2021.
126 Complementa dizendo que essa quantidade de casos é expressiva, em que pese a menor
127 letalidade e o menor impacto dos sintomas, seguindo em aumento após a última reunião do
128 Comitê. Diz que após esta reunião, que suspendeu temporariamente as atividades
129 presenciais, não houve melhora no cenário pandêmico estadual, portanto, após discussão



Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

130 com o corpo técnico da PROGEP sugere ao Comitê que as atividades ainda sejam mantidas
131 de forma remota, por mais duas semanas, porque o cenário epidemiológico não tem uma
132 mudança tão rápida, e daqui a uma semana não haverá muitas mudanças para serem
133 demonstradas ou melhoras que não se sabe se serão sustentadas. O **Presidente** agradece ao
134 conselheiro Camilo, em nome do Comitê e da Instituição, desejando saúde a ele e à toda sua
135 família. Diz que pulou o **item 02**, a aprovação da Ata da 17ª Reunião do Comitê de Risco,
136 realizada em vinte de janeiro de 2022, encaminhada com antecedência a todos(as) e
137 pergunta se pode considerar aprovada. Os conselheiros se manifestam favoráveis no chat,
138 aprovando a ata, sem manifestações contrárias. Prossegue dizendo que com base no que
139 disse no início da reunião e nos dados que acabaram de ser apresentados, coloca em
140 discussão, considerando a proposta do conselheiro Camilo e adiciona que se possa deixar
141 agendada a próxima reunião do Comitê para o dia onze de fevereiro, justamente para que se
142 possa fazer uma nova avaliação observando o desenvolvimento desse período proposto de
143 atividades remotas. Passa a palavra à **conselheira Andreia**, que inicia propondo que a
144 reunião não seja no dia onze, mas sim no dia quatorze, que é uma segunda-feira, já tendo
145 passado o fim de semana, sendo melhor a avaliação. Pergunta sobre a resolução que foi
146 aprovada pelo Comitê, onde nos casos deliberados a pessoa deveria apresentar o teste
147 negativo a cada quarenta e oito horas. Diz que foi questionada por alguns técnicos
148 administrativos por que não eram aceitos alguns exames de anticorpos e pergunta ao
149 conselheiro Camilo, que é médico, qual a opinião dele sobre isso, porque são pessoas que
150 declaradamente não se vacinaram, questionam a vacina e questionam por que não pode ser
151 aceito um teste de anticorpos, uma vez que a pessoa alega que se contaminou em 2020 e que
152 já está imunizada. Fala que entende que os testes existentes hoje em dia não são capazes de
153 garantir que a pessoa tenha anticorpos, de fato, e não há uma resposta técnica para isso.
154 Pergunta ainda, com base na apresentação, se é possível que se trabalhe com escalas de
155 revezamento no cenário atual, para que as atividades não sejam paralisadas totalmente e
156 algumas turmas possam ser atendidas como, por exemplo, as de graduação, que funcionam
157 em janeiro e fevereiro, julho e agosto. Fala que no campus Marabá houve uma suspensão
158 durante um período de dez dias, estando previsto o retorno para amanhã, só que não na
159 totalidade. Diz que a partir do que foi mostrado, esse retorno escalonado para atender as
160 partes de Ensino e a Administrativa - apenas para as aulas que forem ocorrer, apenas para os
161 professores que forem lecionar, apenas para as turmas que irão ter aulas – diminuindo o
162 número de pessoas no campus, mesmo sem existir mais o bandeiramento, pergunta se isso é
163 possível. Deseja melhoras para o conselheiro e sua família e que em breve eles tenham um
164 bebezinho saudável em sua casa. O **conselheiro Camilo** agradece e anuncia que o seu filho
165 se chamará Albert. Responde em relação à primeira pergunta, que existe um conceito na
166 patologia clínica, no laboratório, que é chamado titulação, que é a concentração daquele
167 anticorpo no sangue, ou seja, se houver uma maior quantidade de anticorpos, haverá uma
168 melhor resposta imunológica. Portanto, o fato de se ter ou não anticorpo não garantirá
169 (resposta imunológica). Fala que quando tomou a primeira dose (da vacina), ainda não havia
170 tido Covid, nem sintomas clínicos e chegou a fazer exames de anticorpos, sempre negativos.
171 Quinze dias após ter tomado a vacina, por curiosidade, realizou exame e dosou anticorpos
172 disparados, elevados. Assim, afirma que a vacinação é capaz de fazer com que os anticorpos



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

venham a se desenvolver, porém, ainda não há resposta da Ciência sobre qual o limiar necessário (de anticorpos) para que a pessoa não venha ter a doença ou para que não seja uma carreadora do vírus, ainda que assintomática. Dessa forma, uma pessoa dizer que tem o IGG positivo e que não passa mais a doença não é algo verdadeiro e não foi demonstrado, tanto que pessoas que já tiveram a doença estão apresentando novos episódios de contaminação pela Covid-19. Orienta a conselheira Andreia a se posicionar da seguinte forma, dizendo que a Ciência mostra que ter anticorpos não é garantia de imunidade, nem para a própria pessoa e nem para a comunidade acadêmica. Por isso, a orientação do Comitê, aprovada pelo CONSUP é que o teste fosse o do RT-PCR. Em relação à segunda pergunta, do período remoto e posterior período de avaliação, é que se adotasse o chamado “padrão ouro”, como se diz na Ciência, para essa situação. Admite que a orientação técnica está sujeita à análise administrativa, à viabilidade da situação e diz que desde os primórdios da pandemia as atividades essenciais poderiam existir de forma escalonada, lançando-se mão do bom senso. Reforça que, em relação à saúde, o melhor a ser seguido é o padrão ouro, com todos ficando no trabalho remoto, admitindo que há particularidades que precisam ser observadas. O **Presidente** complementa a resposta do conselheiro Camilo à segunda pergunta dizendo que há, de fato, a necessidade das atividades presenciais do Instituto e é possível ser feito o escalonamento dos servidores, como vem sendo feito na própria Reitoria, mas há a necessidade da presença de alguns servidores, em razão da especificidade de alguns trabalhos. Fala que desde o início da pandemia, mesmo quando havia restrições maiores – como o bandeiramento vermelho, já havia esse processo de escalonamento e escalas de trabalho. Diz que as necessidades são específicas de cada campus e de cada uma das unidades que os compõem. Por isso, concorda que as possibilidades precisam ser flexibilizadas e não como recomendações para serem aplicadas em sua totalidade, ou seja, todos os servidores em trabalho remoto, mas sim preferencialmente. Coloca em discussão os aspectos tratados, para ouvir outros conselheiros. O **conselheiro Manuel Fábio** se manifesta perguntando se é preciso fazer um documento informando a Reitoria sobre o regime de escala em alguns setores do campus, por um determinado período, considerando a taxa de infecção na sua região. O **Presidente** responde que vai soltar um documento assinado por ele, como presidente do Comitê, orientando que, preferencialmente, até o dia onze os servidores permaneçam em atividades remotas, dado o cenário epidemiológico, permitindo a escala de trabalho, em razão da necessidade das atividades. Complementa que isso será colocado dentro da discricionariedade dos campi, para que possam, em diálogo com a comunidade, implementar as ações e escalas. Exemplifica, usando o caso da Reitoria, que utiliza *softwares* muito específicos, que exigem processamento, dificultando muito que o trabalho seja feito de casa. O **Diretor Manuel Fábio** diz que, realmente, essa é a melhor forma, pois tendo uma orientação maior, o campus tem que apenas aderir a ela, inclusive com respaldo legal porque, fatalmente, algumas coisas serão questionadas. Menciona a fala da conselheira Andreia, lembrando que também há servidores em seu campus que, declaradamente, não se vacinaram e acham que encontram justificativas técnicas para tal. Diz que há um acordo institucional com a comunidade de servidores para trabalharem em escala até o dia dezoito, mas a partir desse dia, o servidor que não se vacinou e não apresentar resultados de exames que comprovem que a pessoa está saudável, se a pessoa não



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

veio, não apresentou o exame ou justificativa para ficar em casa, não estando mais em escala, pergunta se pode colocar falta no servidor e quem vai responder pelo assédio moral, o Reitor ou o Diretor Geral? O **Presidente** responde que a primeira coisa é notificar o servidor, para que ele apresente o contraditório, o porquê de ele não estar cumprindo o estabelecido por uma determinação institucional, a Resolução 612/2022. Diz que se for necessário, a área de saúde do Instituto pode formalizar uma resposta técnica ao servidor, porque alguns acreditam no que ouvem no Whatsapp e redes sociais. Reforça que a DSQV pode ajudar, formalizando essa resposta, mas em um primeiro momento, pede que o Diretor Manuel Fábio notifique o servidor, para que ele apresente as motivações e a DSQV ajude com a contra-argumentação, para a partir do momento em que o contraditório não se confirmar, o servidor pode ser notificado em processo e começar a sofrer as sanções, conforme previsto no penúltimo artigo da resolução. O **Direto Manuel Fábio** ainda pergunta se feita a etapa de tentativa de convencimento do servidor, por meio da solicitação do contraditório, que se não atendida gerará falta com processo encaminhado à CGP, para medidas posteriores. O **Presidente** confirma o trâmite. O **Diretor Manuel Fábio** adianta que não colocará a chefia imediata para registro da falta. Diz que chamará para a direção geral a responsabilidade e convoca os demais colegas diretores a fazer o mesmo, para evitar criar na equipe (de servidores) o clima ruim, o que pode deixar a equipe fragilizada em virtude de medidas impopulares que precisem ser tomadas. A **Diretora Vanessa Moreno** pede a palavra e pontua questões de seu campus, similares às apresentadas pelo Diretor Manuel Fábio. Diz que emitiu ofício dia 21 de janeiro, que está expirando hoje, acerca da suspensão das atividades presenciais para o modelo remoto. Tinha dúvida se era preciso encaminhar ou não para a Reitoria, mas já foi esclarecida. Reforça o pedido para que saia da Reitoria um ofício geral até o dia onze de fevereiro, porque está tendo alguns problemas de flexibilização, pois o ofício solicita a atualização das informações vacinais, que não foi obrigatória nesse momento, apenas a título de notificação para atualização, porém, com a flexibilização que permitiu que alguns servidores solicitassem o trabalho remoto através de formulário enviado por e-mail, alguns deles, mesmo estando nessa modalidade, foram ao campus e após dois dias de trabalho contraíram Covid, segundo informações do setor de enfermagem do campus. Diz que o fato de apenas ela estar liberando os servidores prejudicou o ofício do campus, achando que faltou um posicionamento da Reitoria, pois apenas depois consultou outros colegas diretores e viu que eles estavam, também, suspendendo as atividades presenciais pelo trabalho remoto. Fala que em Parauapebas a ocupação de leitos do SUS está em 87% e, como foi dito pelo Conselheiro Camilo, isso não é pouco caso. Pergunta como contactante, já que teve contato com o marido e outros colegas suspeitos de estarem infectados, se tem que, obrigatoriamente, afastar os colegas contactantes, mesmo assintomáticos e que se recusam a fazer os exames. Além disso, pergunta sobre a notificação de servidores, conforme dita pelo Presidente. Fala sobre o DG emitir a falta e concorda que é preciso primeiro conversar e esclarecer o servidor, pois sabe que alguns colegas são bem munidos de leis que não os obrigam a vacinar. Assim, insiste na pergunta: como emitir uma falta apenas utilizando aquela resolução de contactantes e contaminados, ao passo que estes servidores sempre recorrem à lei maior? Ou seja, diz que ao invés de emitir uma notificação, pode acabar sendo ela a receber uma. O **Presidente**



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

responde que a situação do contactante vai ser esclarecida pelo Pró-reitor Fábio, mas diz que existe o fluxo definido nos anexos da Resolução 612/2022, que gostaria que ele explicasse, e quanto a questão da notificação, reforça que ela deve notificar o servidor faltoso, com base nesses critérios. Fala que a questão da exigência do passaporte vacinal é controversa, mas já há amparo legal, com alguns posicionamentos no sentido de a cobrança ser válida, e é o que deve ser feito, pois foi aprovado na resolução. O **Pró-reitor Fábio** se manifesta quanto ao contactante, dizendo que, conforme o fluxo contido na resolução, o servidor deve se autodeclarar (por meio de formulário próprio), encaminhando a autodeclaração para sua chefia imediata, considerando que nem todos os campi possuem serviço de saúde. Porém, os campi que estão bem estruturados e possuem o serviço de saúde podem receber, também, uma cópia da autodeclaração, fazendo essa sugestão à Diretora Vanessa Moreno. Fala que o servidor fica, então, sete dias em atividades remotas, após se autodeclarar. Diz que quando esse fluxo foi pensado para a resolução, foi considerando casos bem esporádicos, o que não é o caso desse momento, em que o Presidente do Comitê já se posicionou dizendo que vai fazer um documento em que todos estarão, automaticamente, autorizados a ficar em trabalho remoto e que a Diretora Vanessa não deve ficar recebendo essas demandas, face o documento maior do Presidente a ser emitido. Fala que quando esse momento de pico passar, o fluxo voltará a ser muito esporádico. Reforça que mesmo quem não apresente sintomas, mas que teve contato com alguém contaminado, deve ficar afastado por sete dias. O **Diretor Substituto Dileceno** faz um comentário em relação a algo dito pelo Diretor Manuel Fábio reforçando que será necessário que a Reitoria dê suporte para os diretores gerais se manifestarem e notificarem os servidores que não se vacinaram e não têm interesse de fazê-lo, como também ocorre no campus de Conceição do Araguaia. Diz que entre os dias trinta e um de janeiro e quatro de fevereiro o campus também decidiu pela suspensão das atividades presenciais, aproveitando o período de recesso escolar, citando casos de servidores e colaboradores que estão acometidos da doença. Daí a decisão pela suspensão, para evitar aglomerações e mais contaminações de servidores, colaboradores e comunidade que venha a visitar o campus. Quanto a questão da notificação, para dar suporte aos campi, para que não se constitua como assédio moral no trabalho, fala que acha a medida interessante para proteger não somente o chefe de setor, mas também o diretor geral do campus. Informa que já houve servidores avisando que não vão se vacinar e nem apresentar passaporte vacinal, uma vez que o Governo Federal diz que a vacinação não é obrigatória e que não seguirão, portanto, a orientação do Governo do Estado. Por isso, acha que é preciso uma normativa bem segura para este caso. O **Presidente** diz que esse é, de fato, um tema que gera controvérsias e coloca o cenário jurídico e a experiência da Rede Federal. Fala que o MEC, a partir de um despacho do Ministro da Educação, informou que não é possível a exigência do passaporte vacinal, a não ser por força de uma lei federal. Porém, informa que esse despacho foi revogado por uma ação do Ministro do STF e que há um fato anterior ao despacho: a AGU emitiu parecer que subsidiou o despacho, dizendo que não era permitida a exigência de passaporte de vacina, obrigando os servidores a apresentarem esse documento a suas instituições. Entretanto, lembra que o Ministro do STF revogou o despacho do MEC baseado nesse parecer da AGU. Com a suspensão, conclui que se a Conjuntura do MEC está dizendo que não se pode cobrar o passaporte, se o IFPA o cobrar e houver qualquer



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

302 contestação na Justiça, o próprio Procurador não poderia fazer a defesa do Instituto, por
303 estar descumprindo um parecer do MEC, mas com a derrubada desse despacho, a própria
304 Advocacia Geral da União já emitiu parecer dizendo que, sim, é possível cobrar e, é claro, a
305 Procuradoria poderá, na eventualidade de o Instituto vir a ser contestado, defender o IFPA
306 nesses casos. Diz que já está ciente de pareceres de outras procuradorias, como a de São
307 Paulo, que respondem a esse questionamento, reafirmando a possibilidade de cobrança do
308 passaporte vacinal, de conferir falta a um servidor que não apresente justificativa para o não
309 registro da vacina. Concorde que poderá haver cobrança judicial contra a decisão da gestão,
310 mas haverá o amparo da Procuradoria Federal na defesa do Instituto e dos interesses da
311 coletividade. Por isso, reforça a importância da aprovação da resolução com a exigência do
312 passaporte vacinal porque entende que isso traz resultados, benefícios e uma segurança
313 muito maior do que tomar decisões considerando um número extremamente baixo de
314 servidores e de estudantes que não querem se vacinar. Acrescenta que é importante que se
315 faça esse levantamento (de quantas pessoas não se vacinaram e não querem fazê-lo), mas
316 lembra que a decisão institucional foi pela aprovação da resolução, por unanimidade, por
317 isso é preciso fazer valer esse regramento. Diz que a defesa da Procuradoria é pelos
318 interesses institucionais e não os do Reitor, do diretor geral ou do gestor de pessoas, na
319 defesa da vida dos servidores e dos estudantes. Fala do cenário atual de polarização do país e
320 que deveriam estar sendo discutidas outras coisas nesse momento, e não a questão da vacina,
321 que é uma tradição brasileira, com um plano vacinal que é modelo para o mundo, tendo o
322 país a capacidade de vacinar entre dois a três milhões de pessoas por dia. O **Diretor**
323 **Substituto Dilcileno** diz que é totalmente favorável ao que foi dito e cita o exemplo de três
324 colegas servidores de seu campus, que não se vacinaram. Ao indagar um deles sobre o
325 motivo, ouviu que este não se sentia muito seguro para se vacinar, mesmo tendo levado a
326 sua filha para se imunizar, quando ela era pequena. Diz que ao confrontar o servidor com
327 essa contradição, ele se convenceu e foi se vacinar, no mesmo dia. Porém, diz que com os
328 outros dois ele não consegue conversar, pois não tem liberdade. O **Presidente** fala que esse
329 fato demonstra que são poucos servidores por campus. No caso de Conceição do Araguaia
330 são apenas dois em cento e dezesseis servidores. Fala que estes precisam ser respeitados e
331 estabelecer diálogo com eles, mas, evidentemente, é preciso tomar decisões pautadas na
332 ciência. Diz que está ciente que vão haver questionamentos, para os quais vão ser usados os
333 remédios jurídicos disponíveis, pois já há uma compreensão dos tribunais, nesse sentido,
334 considerando a essencialidade e importância da Educação, além do próprio cenário de
335 encontros onde ela se desenvolve, não podendo o servidor ficar apartado disso,
336 simplesmente por um desejo de não se vacinar. O Diretor Otoni pede a palavra e o
337 **Presidente** fala que seria importante que se falasse um pouco sobre a situação do campus
338 Belém, que está começando oficialmente o seu semestre letivo na data de hoje e, conforme
339 discussão no Conselho, foi colocada a situação do campus, de maneira sensível e com a
340 flexibilidade dada pela Resolução, respeitando o regulamento aprovado pelo CONSUP, na
341 última quinta-feira. Fala que na reunião alguns conselheiros disseram que a resolução dizia
342 que era para todo mundo voltar no primeiro dia do ano letivo, mas como é sabido, as
343 condicionantes epidemiológicas não possibilitam isso, nesse momento. Pede que o diretor
344 traga algo dessa vivência, das discussões feitas com a comunidade ao longo das duas últimas



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

semanas, quando ele próprio (o Presidente) teve a oportunidade de participar da abertura do encontro pedagógico, onde antecipou muitas coisas que seriam discutidas, sobre essa questão, dois dias depois, no Comitê de Risco e dez dias depois, no CONSUP, com o objetivo de dar tranquilidade à comunidade do campus. O **Diretor Otoni** informa do falecimento de um parente seu, portador de comorbidade, que não resistiu à Covid. Diz que o campus Belém é o primeiro a iniciar o ano letivo de 2022, tendo realizado o seu planejamento pedagógico na semana passada, com reuniões com os pais, alunos, servidores, de forma bem democrática para que fossem tomadas as decisões. Fala que o campus teve que suspender as atividades administrativas, mantendo apenas as essenciais, em virtude da grande quantidade de servidores testando positivo para a Covid, por isso a decisão de suspender as atividades presenciais a partir do dia vinte e oito de janeiro, até o dia dois de fevereiro. Nesse tempo, foi feita a higienização total do campus, para que as atividades possam ser retomadas, acentuando as atividades administrativas, que são necessárias e não pararam, continuando a maior parte a serem realizadas de forma remota, com exceção daquelas que não são possíveis de acontecerem remotamente. Informa que as atividades docentes, as aulas, ficarão ocorrendo de forma remota até o dia doze de fevereiro, apesar do protesto de alguns professores quererem que as aulas sejam de forma presencial, o que não é possível neste momento. Fala da reunião de risco, que ocorrerá até o dia doze, onde será novamente avaliado o cenário da pandemia na cidade de Belém, que já está com 100% dos leitos ocupados. Menciona a contradição de alguns professores que pedem o retorno presencial, mas que nas redes sociais falam o oposto. Destaca a responsabilidade que está sendo empregada nas análises, para não colocar ninguém em risco e que está analisando como será feita a cobrança do passaporte vacinal e que, pelo número de servidores do campus, já se sabe que há alguns na mesma condição de não vacinados, mas que agora terão de apresentar o passaporte e a gestão já precisa pensar de que forma vai agir nesses casos, agradecendo o apoio já declarado no Comitê. Fala de uma campanha de conscientização bem pesada porque é até difícil acreditar na postura de alguns técnicos e professores, que ao invés de colaborarem com a saúde da coletividade, estão indo no sentido contrário. Diz que algumas atividades das turmas finalísticas, que precisam se formar, tiveram os laboratórios higienizados e preparados para que elas aconteçam de forma presencial, não impedindo a formatura do aluno, mesmo assim seguem com as aulas remotas até o dia doze de fevereiro. Declara sua felicidade pelo apoio que vai ter da Procuradoria e da Reitoria porque o número de servidores é muito grande no campus Belém, sendo muitos servidores com o pensamento antivacina e de contestação das aulas remotas. Fala que está verificando pessoalmente o trabalho de higienização que está ocorrendo no campus, se deslocando até lá todos os dias, de forma a minimizar os prejuízos que os alunos possam ter. o **Presidente** agradece o relato e se solidariza com a família do diretor, na perda familiar sofrida e passa a palavra ao **Diretor Bruno**, que diz que, de fato, está sendo discutido um tópico muito complexo, mas gostaria de reforçar a necessidade de serem otimistas, porque considera o IFPA, enquanto instituição pública, talvez seja uma das mais seguras de se trabalhar, em termos de como as atividades devem ser conduzidas. Portanto, para ele, alguém falar que pegou covid dentro da instituição é algo que deve ser nivelado, pois o local é muito seguro. Fala que, em relação à atividade presencial, as atividades no campus de Óbidos começarão dia dezessete, conforme



Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

388 calendário acadêmico, seguindo a perspectiva de avaliação do cenário local, também
389 considerando os cenários regional e o nacional. Diz que uma das formas de avaliar a
390 situação adotada antes pelo campus foi a de avaliar juntamente com a Secretaria de Saúde
391 (do município) o que havia de leitos disponíveis. Essa informação foi usada para conversar
392 com os servidores, no sentido de fazer essa avaliação, pois esse é um ponto muito
393 importante. Fala que espera que a resolução vá evoluir no sentido de melhor compreender
394 como isso tem de ser apresentado, definindo quais são as atividades essenciais. Acrescenta
395 que nesse processo, chegou-se ao momento de suspensão, quando a ocupação de leitos
396 chegou aos 100%. Com isso, manteve-se somente a atividade presencial para quem tinha
397 função, o que representa cerca de quinze pessoas dentro da instituição, por isso, acha que se
398 pode evoluir para sinalizar nesse sentido, do que se interrompe, inicialmente o Ensino, que
399 passa a ser remoto e depois uma atividade administrativa, incluindo as Funções – de
400 docentes e administrativos – e evitando ter-se apenas o técnico administrativo no presencial,
401 o que pode criar uma disputa de classes. Chama a atenção para outro ponto, que é o contexto
402 dos horários, para que se trabalhe o horário regular, não mais bloqueado, para que a partir
403 disso, começar a pensar, enquanto instituição, em uma frente e espécie de programa para
404 estruturar as salas de aula com datashows, uma dinâmica que certamente vai estar presente
405 em 2022. Explica que nela, alguns professores vão estar presentes e outros no remoto. Urge
406 que essa frente seja fortalecida, para que a instituição possa atender de forma mais
407 adequada, já que envolve equipamentos e internet. Deseja sucesso a todos e que possam
408 desenvolver um bom trabalho. O **Presidente** diz que o Diretor Bruno trouxe um tema
409 interessante, que é a questão da bloqueagem dos módulos, sobre o que não há o que se falar,
410 nesse novo ciclo do ano letivo de 2022. Reitera que isso já havia sido discutido no CODIR,
411 onde foi defendido que é preciso manter a regularidade dos horários de trabalho das
412 atividades acadêmicas, sem a bloqueagem ou módulos, típicas de outro momento. Fala que
413 está previsto na Resolução 612/2022 o retorno integral presencial mas, como a própria
414 resolução estabelece que, de acordo com o cenário, pode haver a migração para as atividades
415 remotas quando não houver condições ou o cenário epidêmico não permitir, tudo dentro do
416 contexto apresentado na Nota de Esclarecimento do próprio Conselho Nacional de
417 Educação. Quanto à questão de infraestrutura, diz que é preciso ser encaminhada a questão,
418 no âmbito da gestão dos campi, junto com o suporte da Reitoria, para que possa ser dada
419 essa condição de infraestrutura. Fala que esse tratamento pode ser dado, inclusive, no âmbito
420 do CODIR, como ação de Gestão, uma vez que o Comitê versa sobre o objeto primordial,
421 tanto que a pauta “análise do cenário pandêmico atual e planejamento da retomada
422 presencial”, ou seja, no enfrentamento da covid. O **Diretor Anderson** pede a palavra para
423 fazer um breve relato sobre a situação do campus Tucuruí. Diz que o campus não fez a
424 paralisação das atividades presenciais porque entendia que o campus estava em uma reta
425 final do ano letivo de 2021, o que demanda muitas atividades presenciais, principalmente
426 laboratórios. Fala que essa decisão foi tomada juntamente com os coordenadores de curso, e
427 que fez uma reunião na sexta-feira retrasada, para a qual foi decidido a suspender as
428 atividades presenciais, devido ao aumento do número de casos, porém quando ouviu o relato
429 de cada coordenador, sentiu-se um pouco mais otimista, em relação à situação. Diz que os
430 coordenadores foram unânimes de que eram pontuais as situações de alguns professores,



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

com sintomas gripais, e tampouco alunos com sintomas eram poucos, também, estando preocupados com a conclusão dessas turmas de 3º ano, pois todos sabem que daqui a pouco sai o resultado do ENEM, abre o SISU, começam as matrículas nas faculdades e se, porventura, houver algum atraso na conclusão do curso, o aluno ou os pais dele vão querer saber e exigir que a instituição cumpra com sua obrigação de emissão de certificado, diploma, histórico e todos os documentos necessários para garantir a matrícula do aluno. Diz que tem acompanhado de perto a evolução dos casos no campus, com cada coordenação avaliando a situação de cada turma e, conforme for, a coordenação apenas comunica a gestão do campus se vai adotar o ensino remoto ou manter o presencial, com o campus reforçando os cuidados naqueles setores que irão receber esses alunos. Informa que essa semana vai começar um processo de conscientização, principalmente em relação aos alunos e que casos de servidores não vacinados não chegaram ao seu conhecimento, ainda, mas o levantamento já vem sendo feito, para tornar mais ágil a entrada no campus. Declara que testou positivo para a covid na última sexta-feira, mas não apresenta sintomas, recebendo apenas cinco dias de atestado, o que faz com que tenha que retornar ao trabalho na quinta-feira, porém pretende retornar somente após novo teste, que dê negativo. Fala que o que está pesando no campus é que existia uma segurança de uma profissional bem atuante e que puxava as ações, que era a enfermeira Tainara, mas que foi removida por questões de saúde, deixando o ambulatório do campus fechado, o que deixa uma sensação de insegurança em relação a algumas decisões a serem tomadas, mas que com a resolução já é possível se sentir mais amparado. Diz que o campus já se estava acostumado, servidores e alunos, com o setor do ambulatório, que era uma referência. Reconhece que a Reitoria está buscando códigos de vagas para repor servidores não só para o campus Tucuruí, mas também para outros campi, mesmo assim pede para considerarem a importância desse setor e desse profissional no campus para estar à frente de situações como a que está sendo vivida no momento. Diz que busca apoio, também, da Prefeitura, mas sabe que a demanda é grande e ele próprio, na sexta-feira da semana passada foi a um posto de saúde e viu como o local estava movimentado, por isso entende quando o prefeito não atende o campus com um profissional, mesmo que seja por um curto tempo. Finaliza dizendo que o campus está atento à todas as situações e que está tentando manter as atividades presenciais da melhor possível e garantindo a segurança de todos. O **Presidente** confirma que está buscando junto à SETEC códigos de vagas e que é fundamental estabelecer essas áreas, principalmente neste período, embora seja sabido a necessidade da presença de profissionais da área de saúde nos campi, para darem orientações nas ações de prevenção, inclusive. Diz que, pelo o que o Diretor Anderson expressou, é importante no documento de orientação para os campi, que vai ser construído para recomendar, prioritariamente, as atividades remotas, que ele considere as situações dos campi, além daquilo mencionado pelo Diretor Bruno, que é a questão do revezamento e dos funcionários que ocupam função. Portanto, afirma que o Comitê vai tentar fazer um documento que possa dar essa flexibilidade, como já vem sendo feito desde sempre, considerando a autonomia do campus e o estágio atual de cada campus. Diz que respeita a decisão do campus Tucuruí em manter as atividades presenciais, mas o que não pode é gerar situações que possam comprometer as atividades acadêmicas e administrativas dos campi. Por isso, o documento deve prever essa flexibilização, como foi mencionada pela



MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Ata da 18ª Reunião do Comitê de Risco - IFPA

Realizada dia 31 de janeiro de 2022

Conselheira Andreia a possibilidade de escalonamento, em razão da necessidade da continuidade do trabalho, que muitas vezes vai exigir a presencialidade, obviamente com os cuidados necessários. Diz que vai haver a emissão desse documento, a recomendação desse período de priorização das atividades remotas até o dia onze de fevereiro, conforme entendimento da área técnica de saúde, e a marcação de uma nova reunião para que se possa avaliar esse cenário. Dirige-se à conselheira Andreia, que sugeriu a reunião para o dia quatorze, mas ele entende que a discussão do Comitê deve ser no último dia previsto de atividades remotas, o dia onze, e a partir de uma deliberação poder tomar uma decisão de forma antecipada. Diz que crê, até dentro de um cenário otimista, como o colocado pelo Diretor Bruno, que a partir dessa data esses casos comecem a diminuir, atingindo-se, antes disso, o pico de contágio e, evidentemente, a diminuição das taxas de ocupação de leitos. Admite que é possível que isso não aconteça, e se não acontecer, para não gerar qualquer dúvida sobre o que fazer no dia quatorze, por exemplo, acha por bem manter a reunião no dia onze e, caso seja necessário, manter a recomendação das atividades remotas para a semana seguinte ou por mais um período proposto e analisado pela área técnica de saúde do Instituto. Pede o apoio do Pró-reitor Fábio para revisar as Portarias 1.549 e 1.056, urgentemente, para que possa ser elaborado o documento e divulgado até amanhã, a fim de que se possa ter uma portaria aderente aos novos regulamentos, no caso, a Resolução 612/2022, publicada na última sexta-feira. Finaliza dizendo que eram essas as deliberações e que as reuniões vêm ocorrendo com uma periodicidade menor. Espera que no dia onze já haja uma situação melhor e que se possa estabelecer aquilo que está previsto no artigo 1º da Resolução 612/2022, que é a volta desejada por todos às atividades presenciais, acadêmicas e administrativas. Diz que vai ser um documento simples e direto, no sentido de orientar os campi, que será encaminhado a todos os membros do Comitê e para que a gestão dos campi dê os encaminhamentos e faça as discussões devidas. Deseja saúde a todos e que continuem se cuidando. Encerra a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Eu, Mário Vítor Brandão de Lima, secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

Claudio Alex Jorge da Rocha
Presidente do CONSUP

Mário Vítor Brandão de Lima
Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores/IFPA
Port. nº 1.228/2018-GAB/IFPA